



José Sarney Filho

Advogado de formação, foi deputado estadual pelo Maranhão em 1978, e deputado federal em 1982, sendo reeleito em 1986, 1990, 1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014. Afastou-se do mandato para ocupar os cargos de Secretário para Assuntos Políticos do Estado do Maranhão, entre 1988 e 1990, e de Ministro do Meio Ambiente no governo de Fernando Henrique Cardoso, entre 1999 e 2002. Em maio de 2016, assumiu novamente o cargo de Ministro do Meio Ambiente, no governo interino de Michel Temer. Atualmente é secretário do Meio Ambiente do Distrito Federal.

Políticas públicas de Educação Ambiental: Em busca de caminhos mais sustentáveis

1. Revista *Com Censo* (RCC) - Nos últimos anos o debate em torno dos impactos das ações humanas no planeta tem assumido um caráter essencialmente político. Uma das consequências desse processo foi relegar ao segundo plano a apreciação das evidências científicas que, embora não consensuais, tendem a pintar um quadro bastante alarmante sobre o futuro do planeta. De que forma as políticas públicas de Educação Ambiental - com menos interferência de polarizações ideológicas - podem ajudar a reestabelecer um olhar mais ponderado acerca da real magnitude das ações humanas que afetam o meio ambiente?

José Sarney Filho - As políticas públicas de Educação Ambiental precisam ampliar os horizontes trazendo uma visão complexa da realidade e apontando caminhos para ações transformadoras por meio da construção de indivíduos responsáveis ambientalmente e comprometidos social e politicamente com a construção de sociedades sustentáveis.

A Educação Ambiental, por definição, deve promover a construção de valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para o meio ambiente. No entanto, apresentar uma visão fragmentada e antropocêntrica do mundo nos afasta da realidade de que somos parte: atores e consequência do meio ambiente. Quanto mais esclarecido o estudante, mais condições ele terá para avaliar os impactos das mudanças climáticas em sua vida.

2. RCC - A Educação Ambiental tem um papel importante dentro da escola, mas também fora dela. Iniciativas bem-sucedidas

no contexto escolar podem ser adotadas pelas comunidades em que estas unidades escolares estão inseridas; assim como boas práticas desenvolvidas por agentes comunitários podem ser levadas para dentro da escola. Para isso, é necessário que ocorra um diálogo produtivo entre os gestores de políticas ambientais e de políticas educacionais. Como essa colaboração vem acontecendo nas diferentes esferas administrativas? E que projetos podem ajudar a estreitar ainda mais esses laços no futuro?

J. Sarney Filho - As relações entre as ações da Secretaria de Meio Ambiente (SEMA), e seus órgãos subordinados, e a Secretaria de Educação no Distrito Federal (SEEDF) são cada vez mais estreitadas por meio de planos, políticas e projetos. Entendemos o setor educacional como uma grande oportunidade de formação de multiplicadores. Estudantes, professores e gestores das escolas são parte influente de suas comunidades. É na escola que observamos mais claramente uma interação entre a difusão de conhecimentos, a implantação de ações práticas, a discussão política das relações socioambientais e o empoderamento de indivíduos comprometidos com a transformação da sociedade.

A Secretaria de Meio Ambiente tem atuado na elaboração de políticas e projetos de Educação Ambiental (EA) junto às suas vinculadas e em parceria com a Secretaria de Educação. Exemplo disso foi a elaboração do Plano Distrital de Educação Ambiental (PDEA), lançado em abril de 2018, o início do projeto Parque Educador, a participação em cursos de formação de professores, entre diversos outros projetos.

Desde 2016, a SEMA participa da formação de professores, por meio do Centro de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação (EAPE), em assuntos relacionados à EA, tais como gestão das águas e dos resíduos sólidos.

Entre os projetos de atendimento de estudantes, destacamos o Projeto Parque Educador, iniciado no primeiro semestre de 2018. O Projeto tem como foco principal o receptivo de alunos de escolas públicas do DF para a realização de atividades de educação integral, ambiental e patrimonial nas Unidades de Conservação Distritais.

Esta é uma importante iniciativa de Educação Ambiental que aproxima a comunidade escolar da natureza, promovendo uma educação realmente integral.

3. RCC - Possibilitar aos estudantes que conheçam melhor o resultado das ações humanas sobre o meio ambiente é um dos aspectos fundamentais da Educação Ambiental. Assim como criar oportunidades para que estes estudantes sejam sensibilizados em relação à necessidade de proteger animais, plantas e ecossistemas. Talvez a principal dificuldade no campo da Educação Ambiental seja justamente a conexão com a experiência cotidiana dos estudantes – isto é, capacitá-los para que se percebam como agentes que participam direta ou indiretamente tanto na exploração quanto na preservação do meio ambiente. Que

estratégias educacionais podem contribuir para que os estudantes reconheçam melhor a sua responsabilidade individual e o protagonismo que podem exercer no que tange ao futuro do meio ambiente?

J. Sarney Filho - Primeiramente, é essencial que os indivíduos se reconheçam como parte da natureza e não apenas como agentes ou participantes. Mudando esse paradigma, percebemos que também somos diretamente afetados por alterações no meio ambiente.

Os projetos de Educação Ambiental devem priorizar a percepção de que fazemos parte de um todo. Sem as plantas não temos oxigênio, o clima muda, os solos tornam-se impermeáveis; sem os fungos e outros decompositores não temos nutrientes; sem as abelhas e outros polinizadores não temos alimentos; e assim por diante.

Há diversas estratégias pedagógicas que podem ser utilizadas para trabalhar esses conceitos de forma lúdica e atraente e, tendo isso esclarecido para os estudantes, é essencial trazer essa relação de interdependência para a vida cotidiana desses jovens.

4. RCC - Conscientizar os moradores do Distrito Federal sobre a necessidade de contribuir para o desenvolvimento e consolidação de práticas ambientalmente mais sustentáveis é uma dimensão importante da atuação dos gestores públicos. Muitas vezes, porém, conscientizar não é suficiente; é preciso também oferecer ferramentas concretas que tornem mais simples e viável a adoção dessas práticas – enfatizando, desta forma, também a relevância de um esforço coletivo em defesa do meio ambiente, que não dependa exclusivamente de medidas legais coercitivas. Como as políticas públicas educacionais e ambientais têm buscado oportunizar o acesso a recursos que tornem a sustentabilidade uma característica cada vez mais marcante para o cotidiano dos moradores do Distrito Federal?

J. Sarney Filho - As políticas públicas no âmbito da Educação Ambiental têm sido discutidas por meio da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA), da qual a Secretaria de Meio Ambiente e a Secretaria de Educação do DF fazem parte. Após um longo processo participativo de entrevistas, oficinas, conferências e consultas públicas, foi lançado, como foi dito, em abril de 2018, o primeiro Plano Distrital de Educação Ambiental. Este documento traz ações práticas, objetivos e metas a serem alcançados e foi um grande avanço para que as políticas de Educação Ambiental sejam efetivamente implementadas. Um passo importante agora é definir indicadores de acompanhamento dessas ações.

Não faltam esforços para conduzirmos a população do Distrito Federal para caminhos mais sustentáveis e há uma série de políticas em andamento que impactam diretamente no cotidiano da nossa comunidade, de forma a criar instrumentos que incentivem a reflexão e as mudanças de hábitos.